

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2024

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2024

CONTRATANTE

CIRUSPAR - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REDE DE URGÊNCIAS DO SUDOESTE DO PR.

OBJETO

AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL MÉDICO QUE RESTARAM DESERTOS/FRACASSADO NO PREGÃO 27/2023 E 08/2024, PARA A UTILIZAÇÃO DO CIRUSPAR SAMU 192 SUDOESTE DO PR.

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

Data limite para apresentação de propostas: 11/09/2024, podendo ser prorrogado mediante justificativa.

E Mail: licitacao@ciruspar.pr.gov.br

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

LEI 14.133/2021, artigo 75, inciso II.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO Nº 41/2024

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2024

Torna público que o Consórcio Intermunicipal da Rede de Urgências do Sudoeste do Paraná - CIRUSPAR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 14.896.759/0001-09, com sede e foro na Rua Assis Brasil, 608, CEP: 85.504-010, Bairro Vila Isabel, em Pato Branco - PR, neste ato representado pelo seu Presidente, **Disnei Luquini**, brasileiro, portador do RG nº 6.866.177-3 SSP/PR, inscrito no CPF nº 001.307.649-30, residente e domiciliado na Rua Hortencio Delani, nº 122, Bairro São Francisco, na cidade de Ampére/PR - CEP: 85.640-000, realizará a presente dispensa de Licitação, em atendimento as necessidades de fornecimento de medicamentos, por meio para as unidades móveis do CIRUSPAR, sendo processado e julgado em conformidade com as disposições deste aviso e seus anexos, Lei 14.133/2021, artigo 75, inciso II, resolução CIRUSPAR nº 071/2023, suas alterações e demais normas aplicáveis.

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

Data limite para apresentação de propostas: 11/09/2024, podendo ser prorrogado mediante justificativa.

Critério de Julgamento: Menor Preço por Item

E Mail: licitacao@ciruspar.pr.gov.br

1. OBJETO

1.1 - Aquisição de medicamentos e material médico que restaram desertos/fracassado no pregão 27/2023 e 08/2024, para a utilização do CIRUSPAR SAMU 192 Sudoeste do PR, conforme segue:

2. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

Item	Cód. Br.	Qtde	Und	Descrição	R\$ Unit	R\$ Total
1	BR0267502	300	CPR	Ácido Acetilsalicílico 100mg, comprimido. BR 0267502. Cód. 12	0,05	15,00
2	BR0272045	180	CPR	Clopidogrel Bissulfato 75mg, comprimido. BR0272045. Cód. 15360	0,50	90,00
3	BR0267574	200	FLA	Cloreto de Sódio 20%, solução injetável, flaconete 10ml. BR0267574. Cód. 13556	0,59	118,00
4	BR0269846	20	BIS	Lidocaína Cloridrato, 2%, gel tópico, bisnaga com 30g. BR0269846. Cód. 13307.	5,00	100,00
5	BR0267541	2000	FLA	Glicose, 50%, solução injetável, flaconete de 10ml. BR0267541. Cód. 13297	0,70	1.400,00
6	BR0271710	200	AMP	Amiodarona Cloridrato, 50mg/ml, solução injetável, ampola de 3ml. BR0271710. Cód. 15359	4,89	978,00
7	BR0268442	100	AMP	Suxametônio Cloreto, 100mg, pó liofilizado para solução injetável. BR0268442. Cód. 164	22,50	2.250,00
8	BR. Cód. 230	100	UN	Colar Cervical Ajustável 4 x 1 Adulto, com sistema de fechamento unidirecional, não precisando ser ajustado fora da vítima. Quatro posições de anel ajustável. Quatro tamanhos em um. Dispositivo integrado para faixas de velcro. Dois mecanismos de extensão para facilitar a adaptação a qualquer paciente adulto. Travas automáticas para assegurar o tamanho selecionado. Trilhas de ajuste para assegurar o alinhamento simétrico do tamanho. Ótima avaliação visual. Abertura traqueal grande para ter fácil acesso para verificação dos pulsos, procedimentos de vias respiratórias e visualização através do orifício superdimensionado na traquéia. Fácil acesso a técnicas avançadas de vias aéreas, com engates para fixação da máscara de O2. Abertura 8do painel traseiro para apalpação cervical. S/ CÓD.	41,60	4.160,00

TOTAL	R\$ 9.112,20
--------------	---------------------

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar deste processo, os interessados que atendam as condições deste aviso e seus anexos.

3.2 - Não poderão participar deste processo, os interessados que: Não atendam as condições deste aviso e seus anexos.

3.2.1 - Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, visto que o objeto a ser adquirido não é considerado de alta complexidade ou de grande vulto, não trazendo prejuízos à competitividade deste processo.

3.2.2 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.2.3 - Demais casos explicitados no art. 14º da Lei nº 14.133, de 2021.

4 - DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DECLARAÇÕES

4.1 - Os fornecedores interessados em participar deste processo de dispensa de licitação deverão encaminhar sua proposta de preços, conforme modelos do Anexo I, exclusivamente pelo e-mail: licitacao@ciruspar.com.br

4.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço vinculam o fornecedor.

4.3 - Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4 - O prazo de validade das propostas não poderá ser inferior a 30 dias, a contar da data do encerramento do envio das propostas.

4.5 - O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional, com até 02 (duas) casas decimais (0,00).

Para fins de agilidade e economicidade dos recursos públicos, aqueles proponentes que oferecerem seus produtos com mais de 2 (Duas) casas decimais, terão suas propostas finais reajustadas, sem prévia consulta, sendo desconsiderado o 3º (Terceiro) dígito, sem arredondamento.

Para balizar os preços, poderá a (Comissão de Contratação) realizar pesquisas junto a outros prestadores, em mídias eletrônicas, contratos públicos de outros entes (de mesmo objeto), sites do governo e demais, conforme pertinência.

5. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1. Após encerrado o período de recebimento de propostas e declarações, a comissão de contratação verificará todas as propostas apresentadas e as classificará do menor para o maior preço ofertado.

5.2. A comissão responsável realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço, que será de acordo com os praticados no mercado, coerente com a execução do objeto ora adquirido, sendo aferido mediante pesquisa de preços que constará no processo administrativo.

5.3. Se a proposta não for aceitável, ou for desclassificada, poderá a comissão examinar a proposta subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda a este aviso.

5.4. Definida a proposta vencedora, este CIRUSPAR, solicitará o envio dos documentos de habilitação da mesma.

5.5. No julgamento das propostas, a comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das mesmas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, incluído aos autos do processo.

5.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.7. No caso de empate entre duas proponentes, o CIRUSPAR solicitará às mesmas, novas propostas e considerará primeira classificada a que ofertar o menor preço.

6. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

6.1. A Empresa que ofertar a Cotação de Menor Preço será convocada pelo Setor de Licitação a encaminhar os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO para o e-mail licitacao@ciruspar.com.br, no prazo de 2 horas, após o recebimento da convocação.

6.1.1. Poderá o CIRUSPAR, mediante justificativa que constará no processo, prorrogar o prazo acima referenciado, desde que solicitado pelo proponente primeiro classificado.

6.2. O proponente primeiro colocado, para cada item deverá apresentar os seguintes documentos para fins de habilitação em formato digital da via original.

6.2. HABILITAÇÃO JURIDICA:

I - registro comercial, no caso de empresa individual.

II - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor ou a última alteração contratual, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

III - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

IV - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

V - Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

6.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

I - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF).

II - prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.



III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Tributos Federais, Dívida Ativa da União e INSS) Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.

IV - prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

V - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida eletronicamente através do site <http://www.tst.jus.br>.

6.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA

6.4.1 - Certidão Negativa de Pedido de Falência, Concordata e Recuperação Judicial e Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial do participante, em data não anterior a 90 (noventa) dias da abertura da sessão pública deste aviso, se outro prazo não constar no documento, ou **Certidão Positiva de Pedido de Recuperação Judicial ou extrajudicial**, condicionada à apresentação de Certidão emitida pela instância judicial competente, que declare que a empresa se encontra apta econômica e financeiramente para participar deste processo.

6.4.2 - A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á:

I – Cópia de Autorização para Funcionamento - AFE da empresa proponente, pertinente ao objeto licitado, que contenha o número de registro no Ministério da Saúde ou cópia do Diário Oficial da União, expedida pela ANVISA, legível, **devendo ser destacada a informação referente à empresa**, conforme Lei Federal nº 6360/76 Artigo 2º e Resolução RCD nº 16/014 Artigo 3º.

II - Certificado de Regularidade Técnica da empresa identificando o Farmacêutico Responsável, expedido pelo Conselho Regional de Farmácia. *(Somente aos licitantes que apresentarem proposta para os itens 1 ao 7).*

7. VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

7.1 - Fica autorizada, como faculdade, a verificação pela comissão em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, o que constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.2 - A comissão verificará se o primeiro colocado, atende as condições quanto a existência de sanção que impeça a sua contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

7.2.1 - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

7.2.2 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União, Consulta

Licitantes Inidôneos – mantido pelo Tribunal de Contas da União e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

7.2.3 - Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>).

7.3 - Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome do participante, com número de CNPJ. Se o participante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade todos os estabelecimentos da empresa.

7.4 - Na verificação dos documentos de habilitação, a comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das mesmas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, incluído aos autos do processo.

7.5 - Se o primeiro proponente não atender as exigências de habilitação, poderá a comissão examinar a proposta e habilitação subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de alguma que atenda a este aviso

8. CONTRATAÇÃO

8.1- Após a homologação e adjudicação, será firmado Contrato, com a proponente primeira classificada.

8.2 - Caso a proponente primeira classificada não atenda aos requisitos habilitatórios ou se recuse a assinar o contrato, o CIRUSPAR firmará Contrato com a próxima proponente classificada que cumpra as exigências constantes neste aviso e seus anexos.

8.3 - O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

8.4 - O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.5 - O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência

9. SANÇÕES E INFRAÇÕES DO PROCESSO

9.1 - Caberá multa compensatória a ser calculada sobre o valor total da proposta, sem prejuízo das demais sanções administrativas e indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa, ao participante que:

9.1.1 - Apresentar declaração ou documento falso: multa de 20% (vinte por cento);

9.1.2 - Deixar de apresentar documento na fase de saneamento: multa de 5% (cinco por cento);

9.1.3 - Não mantiver sua proposta, até o momento da adjudicação: multa de 10% (dez por cento);

9.1.4 - Recusar a celebrar/assinar o instrumento de contratação: Multa punitiva de 20% (vinte por cento), em valor não inferior a R\$ 1.500 (um mil e quinhentos reais).

9.2 - Cumulativamente ou não, com sanções anteriores poderá ainda ser aplicada a suspensão temporária de participação de licitar e contratar com o CIRUSPAR, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

9.3 - As sanções por atos praticados durante a execução do objeto estão previstas na minuta do contrato.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - O resultado e demais atos do presente processo serão divulgados no endereço eletrônico www.ciruspar.com.br, na aba licitações e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

10.2 - As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.3 - Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

10.4 - Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência.

Anexo II - Modelo de Proposta comercial.

Anexo III – Minuta de Contrato

Demais termos e condições estão dispostos na minuta do contrato e neste aviso de dispensa de licitação.

Pato Branco/PR, 06 de setembro de 2024.

Kelly Cristine Custódio dos Santos
Coordenadora Geral do CIRUSPAR

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1 - Aquisição de medicamentos e material médico que restaram desertos/fracassado no pregão 27/2023 e 08/2024, para a utilização do CIRUSPAR SAMU 192 Sudoeste do PR, conforme segue:

Item	Qtde	Un	Descrição	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
1	300	CPR	Ácido Acetilsalicílico 100mg, comprimido. BR 0267502. Cód. 12	0,05	15,00
2	180	CPR	Clopidogrel Bissulfato 75mg, comprimido.BR0272045. Cód. 15360	0,50	90,00
3	200	FLA	Cloreto de Sódio 20%, solução injetável, flaconete 10ml.BR0267574. Cód. 13556	0,59	118,00
4	20	BIS	Lidocaína Cloridrato, 2%, gel tópico, bisnaga com 30g. BR0269846. Cód. 13307.	5,00	100,00
5	2000	FLA	Glicose, 50%, solução injetável, flaconete de 10ml. BR0267541. Cód. 13297	0,70	1.400,00
6	200	AMP	Amiodarona Cloridrato, 50mg/ml, solução injetável, ampola de 3ml. BR0271710. Cód. 15359	4,89	978,00
7	100	AMP	Suxametônio Cloreto, 100mg, pó liofilizado para solução injetável. BR0268442. Cód. 164	22,50	2.250,00
8	100	UN	Colar Cervical Ajustável 4 x 1 Adulto, com sistema de fechamento unidirecional, não precisando ser ajustado fora da vítima. Quatro posições de anel ajustável. Quatro tamanhos em um. Dispositivo integrado para faixas de velcro. Dois mecanismos de extensão para facilitar a adaptação a qualquer paciente adulto. Travas automáticas para assegurar o tamanho selecionado. Trilhas de ajuste para assegurar o alinhamento simétrico do tamanho. Ótima avaliação visual. Abertura traqueal grande para ter fácil acesso para verificação dos pulsos, procedimentos de vias respiratórias e visualização através do orifício superdimensionado na traquéia. Fácil acesso a técnicas avançadas de vias aéreas, com engates para fixação da máscara de O2. Abertura 8do painel traseiro para apalpação cervical. S/ CÓD.	41,60	4.160,00
TOTAL					R\$ 9.112,20

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

2.1 - O CIRUSPAR SAMU 192 é responsável por atender as urgências e emergências da região Sudoeste do Paraná que é composta por 42 Municípios Consorciados. E para realizar atendimentos de qualidade, seguindo os protocolos do Ministério da Saúde, utilizam-se medicamentos classificados como essenciais para atendimentos de urgência e emergência, havendo a necessidade de manter tais medicamentos ao alcance dos profissionais de saúde, para utilizá-los sempre que necessário nas vítimas socorridas.

2.2 – É necessário a aquisição imediata dos medicamentos citados, visto que os mesmos resultaram como itens desertos nas últimas licitações (Pregão 27/2023 e Pregão 08/2024), e já se encontram com seu estoque comprometido. Além disso, houve um aumento na demanda de alguns medicamentos do Pregão 26/2023, que já foram adquiridos em sua totalidade, e necessitam de reposição o mais breve possível.

2.3 - De acordo com a Lei 14.133/21, art. 75, Inciso II; Conforme solicitação do Setor de Farmácia do CIRUSPAR, necessidade de aquisição de medicamentos se dá devido ao fato de mesmos terem ficado desertos/fracassados nos pregões 27/2023 e Pregão 08/2024, e já se encontram com seu estoque comprometido, e tratam-se de medicamentos classificados como essenciais para atendimentos de urgência e emergência, havendo a necessidade de reposição mais breve possível, devido ao fato de serem itens essenciais e para não comprometer os atendimentos do SAMU 192 - Sudoeste do PR. Assim, não há licitação vigente para o fornecimento do item em questão. Com relação aos valores, foram consultadas noventa e uma (91) empresas, sendo recebidos sete (07) orçamentos e juntados ao processo de dispensa.

Considerando-se a justificativa da demanda anexa ao processo; e o disposto da Lei 14.133/2021 em seu Artigo 2º:

Das hipóteses de dispensa de licitação

“...II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras...”

(Valor atualizado mediante decreto nº 11.871 de 29 de Dezembro de 2023; para contratações que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais dois centavos), nos casos de outros serviços e compras).

“§ 2º Os valores referidos nos incisos I e II do **caput** deste artigo serão duplicados para compras, obras e serviços contratados por consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas na forma da lei.”

2.4 - Considerando-se o disposto na resolução do CIRUSPAR 71/2023, no Artigo 75 da lei federal nº 14.133/21, quanto à necessidade de prévia publicação, pelo prazo mínimo de 3 (três dias) úteis, de aviso de contratação em sítio eletrônico, fica justificada que os itens restaram desertos/ fracassados, não ficando os itens registrados em ata para o último processo, sendo assim, no intuito de não deixar os usuários desprovidos dos medicamentos em caso de possíveis atendimentos, faz-se necessária a referida contratação.

2.5 - Considerando-se que, sem prejuízo disso, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da autorização de contratação pela autoridade competente os atos praticados no âmbito deste processo serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas, bem como o extrato da contratação em publicação oficial adotado pelo CIRUSPAR.

3. DA HABILITAÇÃO

3.1 - A empresa deverá apresentar, para fins de habilitação, os seguintes documentos, vigentes:

3.1.2 - JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

I - registro comercial, no caso de empresa individual.

II - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor ou a última alteração contratual, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

III - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

IV - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

V - Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em:

I - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF).

II - prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Tributos Federais, Dívida Ativa da União e INSS) Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.

IV - prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

V - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida eletronicamente através do site <http://www.tst.jus.br>.

3.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA

CERTIDÃO NEGATIVA DE PEDIDO DE FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 90 (noventa) dias da abertura da sessão pública deste Pregão, se outro prazo não constar no documento, ou **CERTIDÃO POSITIVA DE PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL**, condicionada à apresentação de Certidão emitida pela instância judicial competente, que declare que a empresa se encontra apta econômica e financeiramente para participar de certame licitatório

3.1.4 - A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA LIMITAR-SE-Á:

I – Cópia de Autorização para Funcionamento - **AFE da empresa proponente, pertinente ao objeto da dispensa**, que contenha o número de registro no Ministério da Saúde ou cópia do Diário Oficial da União, expedida pela **ANVISA**, legível, devendo ser destacada a informação referente à empresa, conforme Lei Federal nº 6360/76 Artigo 2º e Resolução RCD nº 16/014 Artigo 3º.

II - Certificado de Regularidade Técnica da empresa identificando o **Farmacêutico Responsável, expedido pelo Conselho Regional de Farmácia**. (Somente aos licitantes que apresentarem proposta para os itens 1 ao 7).

3. PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Os pagamentos serão efetuados até trinta (30) do mês subsequente ao vencido, mediante apresentação de nota fiscal atestado pelo Fiscal.

04.01.2.004.3.3.90.30.00.00.00.00.1001 – Manutenção da Coordenação de Enfermagem.
3.3.90.30.09.00.00.00 – Medicamentos
05.01.2.005.3.3.90.30.00.00.00.00.1001 – Manutenção da Coordenação Médica.
3.3.90.30.36.00.00.00 – Material Hospitalar

4. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelos servidores abaixo relacionados:

A administração indica como **Gestor do Contrato** (a) do contrato, **Jackson Maurício Cesco Ribeiro**.

Compete ao Gestor, no que couber, as atribuições previstas da resolução nº 71/2023 do CIRUSPAR ou no regulamento que vier a substituir.

A administração indica como **Fiscal do Contrato** o responsável a Responsável pelo setor de Farmácia, nome: **Francieli Molinett**.

Compete ao fiscal, no que couber, as atribuições previstas da resolução nº 71/2023 do CIRUSPAR ou no regulamento que vier a substituir.

5. DISPOSIÇÕES FINAIS

A presente contratação está elaborada e instruída conforme disposto no art. 75, inciso II, da lei 14.133/21.

Francieli Molinett
Farmacêutica do CIRUSPAR.



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
(USAR PAPEL SEM A LOGO DO CIRUSPAR)

RAZÃO SOCIAL/NOME:
CNPJ:
ENDEREÇO:
FONE:
E-MAIL:
BANCO:
AGÊNCIA:
CONTA CORRENTE:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
				0,00	0,00

Pato Branco/PR, ____ de _____ 20____.

(Nome Assinatura do Representante Legal/Procurador)

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº XX/2024

Que entre si celebram, o Consórcio Intermunicipal da Rede de Urgências do Sudoeste do Paraná - CIRUSPAR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 14.896.759/0001-09, com sede e foro na Rua Assis Brasil, 608, CEP: 85.504-293, Bairro Vila Isabel, em Pato Branco - PR, neste ato representado pelo seu Presidente **Disnei Luquini**, brasileiro, portador do RG nº 6.866.177-3 SSP/PR, inscrito no CPF nº 001.307.649-30, residente e domiciliado na Rua Hortencio Delani, nº 122, Bairro São Francisco, na cidade de Ampére/PR - CEP: 85.640-000, de ora em diante denominado _____ pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº _____, Inscrição Estadual nº _____, estabelecida na Rua _____ nº _____, Bairro _____ Industrial, CEP: _____ Cidade _____, representada pelo _____, o(a) Sr (a). _____ brasileiro, portador do RG nº _____, inscrito no CPF nº _____ residente e domiciliado na _____, CEP: _____, _____, Cidade _____; denominada **CONTRATADA**, tendo certo e ajustado a aquisição do objeto, adiante especificado, cuja licitação foi promovida através da **Dispensa de Licitação nº 41/2024, Processo nº 6/2024**, que independente da sua transcrição, integra o presente contrato que regerá pelas disposições da Lei nº 14.133/2021 e suas posteriores alterações, demais legislações aplicáveis e ainda pelas condições e exigências constantes do aviso de contratação direta, do Código Civil e do Código do Consumidor, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

I – OBJETO Aquisição de medicamentos e material médico que restaram desertos/fracassado no pregão 27/2023 e 08/2024, para a utilização do CIRUSPAR SAMU 192 sudoeste do PR, conforme segue:

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
1	300	CPR	Ácido Acetilsalicílico 100mg, comprimido. BR 0267502. Cód. 12		
2	180	CPR	Clopidogrel Bissulfato 75mg, comprimido. BR0272045. Cód. 15360		
3	200	FLA	Cloreto de Sódio 20%, solução injetável, flaconete 10ml. BR0267574. Cód. 13556		
4	20	BIS	Lidocaína Cloridrato, 2%, gel tópico, bisnaga com 30g. BR0269846. Cód. 13307.		
5	2000	FLA	Glicose, 50%, solução injetável, flaconete de 10ml. BR0267541. Cód. 13297		
6	200	AMP	Amiodarona Cloridrato, 50mg/ml, solução injetável, ampola de 3ml. BR0271710. Cód. 15359		
7	100	AMP	Suxametônio Cloreto, 100mg, pó liofilizado para solução injetável. BR0268442. Cód. 164		
8	100	UN	Colar Cervical Ajustável 4 x 1 Adulto, com sistema de fechamento unidirecional, não precisando ser ajustado fora da vítima. Quatro posições de anel ajustável. Quatro tamanhos em um. Dispositivo integrado para faixas de velcro. Dois mecanismos de extensão para facilitar a adaptação a qualquer paciente adulto. Travas automáticas para assegurar o tamanho selecionado. Trilhas de ajuste para assegurar o alinhamento simétrico do tamanho. Ótima avaliação visual. Abertura traqueal grande para ter fácil acesso para verificação dos pulsos, procedimentos de vias respiratórias e visualização através do orifício superdimensionado na traquéia. Fácil acesso a técnicas avançadas de vias aéreas, com engates para fixação da máscara de O2. Abertura 8do painel traseiro para apalpação cervical. S/ CÓD.		
VALOR TOTAL				R\$	

Cláusula Segunda - Do Valor

I - O valor total certo e ajustado para a aquisição do objeto da presente Dispensa de Licitação é de **R\$ XXXXXX (XXXXXX)**.

Cláusula Terceira - Dos Prazos e Local de Entrega

I - Os pedidos serão efetuados exclusivamente via e-mail, devendo a Contratada informar na proposta de preços um único e-mail para o qual os pedidos deverão ser encaminhados.

II - O envio do pedido no e-mail informado será considerado com recebido e lido não podendo o fornecedor alegar desconhecimento posteriormente.

III - Após o recebimento da Nota de Empenho o fornecedor terá um prazo não superior a 20 (vinte) dias úteis para efetuar a entrega dos produtos solicitados.

IV - A entrega dos produtos, deverá ser feita na Sede do CIRUSPAR, situada na Rua Assis Brasil, nº 608, Bairro Vila Isabel, na cidade de Pato Branco/PR – CEP: 85.504-293.

V - No momento da entrega todos os produtos deverão ter **no mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) da validade total.**

VI - Excepcionalmente quando constatado não atendimento da validade plena dos produtos, em favor e a critério do CIRUSPAR, o fornecedor poderá apresentar, junto com a Nota Fiscal, Termo de Compromisso de Troca para garantir a cobertura da validade perdida, podendo o objeto, em caso de vencimento, ser devolvido para substituição, em cumprimento as cláusulas contratuais.

VII - Recebimento Provisório: A partir da data da entrega do objeto solicitado, o servidor do departamento solicitante terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis para conferência da Nota Fiscal, data de validade dos produtos, lote, quantidade, bem como verificar a conformidade dos materiais com o solicitado na Nota de Empenho. Caso ocorram divergências entre o bem solicitado e o entregue, o CIRUSPAR deverá rejeitá-lo e solicitar a reposição dos materiais junto a contratada.

VIII - Recebimento Definitivo: Após o prazo definido para recebimento provisório da mercadoria e estando todos os produtos em conformidade com a Nota de Empenho, o servidor do departamento solicitante atestará na Nota Fiscal o recebimento definitivo encaminhando a mesma para pagamento.

IX - Das embalagens: Os produtos devem ser entregues na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, acompanhados da documentação fiscal, com especificação dos quantitativos discriminados na Nota Fiscal apresentados em unidades individualizadas. Em caso de medicamento, deve-se constar na rotulagem, e na Nota Fiscal, o número de lotes por quantidade de medicamento entregue.

X- A assinatura no conhecimento da empresa transportadora não implica/atesta o recebimento definitivo da mercadoria ou que a mesma esteja em conformidade com a Nota de Empenho/Contrato.

XI - Não serão aceitos, em hipótese alguma, a entrega do objeto com especificação diversa a contida no contrato.

XII - A contratada deverá comunicar imediatamente a contratada, a ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso da entrega do produto.

Cláusula Quarta - Do Pagamento

I - O Pagamento será de parcela única R\$ XXX (XXXXXX), e será em até trinta (30) dias após o recebimento definitivo do produto atestado na Nota Fiscal pelo recebedor.

II - O pagamento será efetuado exclusivamente através de depósito em conta bancária de titularidade da contratada.

III - A NOTA FISCAL deverá vir com o objeto minuciosamente descrito em conformidade com o empenho, onde estão descritas as respectivas individualidades de cada um, e nos termos da instrução normativa 1234/12, da RFB que dispõe sobre o IR retido na fonte, requer seja destacado na nota fiscal a alíquota e valor do IR a ser retido.

IV - Constatados erros, divergências ou outra causa nos documentos apresentados à cobrança pela proponente Contratada, os pagamentos ficarão retidos até que seja realizada a correção dos problemas.

V - A liberação dos pagamentos ficará condicionada a regularidade para com a Justiça do Trabalho, mediante a verificação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), prova de regularidade relativa a Fazenda Federal (Tributos Federais, Dívida Ativa da União e INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), das que foram apresentadas e estiverem fora da validade.

Cláusula Quinta - Da Dotação Orçamentária

I - Os pagamentos decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária:

04.01.2.004.3.3.90.30.00.00.00.00.1001 – Manutenção da Coordenação de Enfermagem.

3.3.90.30.09.00.00.00 – Medicamentos

05.01.2.005.3.3.90.30.00.00.00.00.1001 – Manutenção da Coordenação Médica.

3.3.90.30.36.00.00.00 – Material Hospitalar

Cláusula Sexta - Das Obrigações da Contratada

I – Entregar o objeto em estrita conformidade com as especificações contidas no contrato e proposta de preços apresentada, à qual se vincula, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer seja de preços, quer seja nas condições estabelecidas.

II - Responsabilizar-se pelo objeto entregue, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, preposto, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à contratante e a terceiros.

III - Certificar-se, preliminarmente, de todas as condições exigidas deste contrato, não sendo levada em consideração qualquer argumentação posterior de desconhecimento.

IV - Comunicar, imediatamente e por escrito, o CIRUSPAR, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessária.

V - Atender com prontidão as reclamações por parte do Contratante.

VI - Garantir a qualidade do objeto, devendo reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o material em que se verificar impróprio para uso no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

VII - Comunicar a contratante, imediatamente, a ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso na entrega do objeto deste contrato.

VIII - Cumprir com outras obrigações decorrentes da aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor - conforme Lei nº 8.078/98, que sejam compatíveis com o regime de direito público.

IX - Havendo divergência entre o produto solicitado e o entregue, o Fiscal do Contrato efetuará a notificação à empresa para que sejam sanadas as possíveis irregularidades no prazo fixado pelo gestor do contrato devidamente justificado.

Cláusula Sétima - Das Obrigações da Contratante

I - Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada.

II - Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato.

III - Comunicar prontamente a Contratada, qualquer anormalidade no objeto, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Contrato.

IV - Comunicar à Contratada qualquer irregularidade manifestada no cumprimento do acordo, para que sejam adotadas as medidas pertinentes.

Cláusula Oitava - Das Sanções Administrativas para o caso de Inadimplemento Contratual

I - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o fornecedor registrado que:

- a) Der causa à inexecução parcial da ata de registro de preços;
- b) Der causa à inexecução parcial da ata de registro de preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total da ata de registro de preços;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do registro de preços sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da ata de registro de preços;
- f) Praticar ato fraudulento na execução da ata de registro de preços;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - Serão aplicadas ao fornecedor registrado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) **Advertência**, quando o fornecedor registrado der causa à inexecução parcial ata de registro de preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da

Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima desta ata, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

d) **Multa:**

(1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

a. O atraso superior a 31 dias autoriza a Administração a promover a extinção da ata de registro de preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

(2) Compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total da ata, no caso de inexecução total do objeto;

III - A aplicação das sanções previstas nesta ata de registro de preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao órgão gerenciador.

IV - Todas as sanções previstas nesta ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

V - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

VI - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CIRUSPAR ao fornecedor registrado, além da perda desse valor, terá a diferença descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, se inerte o fornecedor no seu recolhimento administrativo, no prazo máximo de 30 (trinta) a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo CIRUSPAR.

VII - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor registrado, observando-se o procedimento previsto em Resolução própria desse CIRUSPAR.

VIII - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o órgão gerenciador;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle

IX - A personalidade jurídica do fornecedor registrado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata ou para provocar confusão



patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o fornecedor registrado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

X - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Regulamento.

Cláusula Nona – Da Vigência

I - O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses contados da sua assinatura.

Cláusula Décima – Da Extinção e Rescisão Contratual

I - Será automaticamente extinto o contrato quando do término do prazo estipulado, e não ocorrendo o acordo de prorrogação.

II - O contrato poderá ser rescindido amigavelmente pelas partes ou unilateralmente pela administração na ocorrência dos casos previstos, sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n° 14.133, de 2021.

III - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo CIRUSPAR em determinado contrato de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

a) - Por razão de interesse público;

b) - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

c) - Se não houver êxito nas negociações, nos casos em que o preço se tornar superior aos praticados no mercado.

IV - Caso a proponente vencedora da dispensa de licitação se recusar a assinar o contrato ou houver cancelamento do registro de preços, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste edital, o CIRUSPAR convocará os demais participantes conforme a ordem de classificação, observando:

a) Os participantes que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário (vencedor);

b) Os participantes que mantiverem sua proposta original;

c) Por acordo entre as partes, precedida de autorização escrita e fundamentada do Presidente do CIRUPAR e reduzidas a termo no respectivo processo.

Cláusula Décima Primeira – Da Vinculação

O presente contrato vincula-se a Dispensa de Licitação n.º 41/2024 - Processo n° 6/2024.

Cláusula Décima Segunda – Do Fiscal e Gestor do Contrato

I - A Administração indicará como fiscal deste contrato a Farmacêutica, **Francieli Molinett**, o contrato ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n° 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

II - A Administração indicará como gestor deste contrato, o **Jackson Maurício Cesco Ribeiro**, dentro dos padrões determinados pela Lei n° 14.133, de 2021, para receber apontamentos do fiscal do contrato bem como analisar e realizar atos que venham a alterar a execução deste contrato.

III - As decisões e providências que ultrapassarem a competência destes, deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

Cláusula Décima Terceira - Foro

I - Fica eleito o foro da Comarca de Pato Branco - PR. para dirimir questões relativas ao presente contrato, com a expressa e formal renúncia de outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

II - Assim, por estarem certos e ajustados obrigando-se a bem e fielmente cumprir todas as disposições do Contrato, firmam-no em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Pato Branco, 05 de setembro de 2024.

Disnei Luquini
Presidente do CIRUSPAR

- Contratada
– Representante legal.